

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 30 – Julho/Dezembro de 2025
Páginas 07 a 32

Marco Paulo Andrade de Oliveira
Universidade Ibirapuera
marco.oliveira@ibirapuera.edu.br

Camila Soares
Universidade Ibirapuera
camila.soares@ibirapuera.edu.br

Alan Almario
Universidade Ibirapuera
alan.almario@ibirapuera.edu.br

A importância do coordenador acadêmico no fomento de subsídios para a formação continuada do docente no Ensino Superior

Resumo:

A legislação educacional brasileira estabelece um conjunto de normas e diretrizes que orientam o funcionamento do sistema de ensino no país. No Ensino Superior desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) entre tantas outras, o arcabouço legal visa garantir o acesso universal à educação de qualidade, promover a equidade e a inclusão social, além de definir as responsabilidades dos diferentes agentes de gestão e de execução da educação no Brasil

No contexto do ensino superior, o coordenador acadêmico desempenha um papel fundamental na articulação e implementação das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Responsável por planejar, coordenar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, o coordenador atua como elo entre estudantes, docentes, gestores e comunidade acadêmica em geral. Além disso, cabe a ele acompanhar o desenvolvimento curricular, promover a atualização das práticas pedagógica, zelar pela qualidade do ensino

oferecido e garantir formas de promoção da formação continuada de seu corpo docente. A formação continuada de docentes é uma estratégia essencial para o aprimoramento profissional e a qualidade do ensino. Por meio de programas de capacitação, atualização e aperfeiçoamento, os professores têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, habilidades e competências, bem como refletir sobre suas práticas pedagógicas e buscar soluções para os desafios enfrentados em sala de aula. A formação continuada contribui para a melhoria do desempenho docente, o fortalecimento da identidade profissional e o sucesso educacional dos estudantes.

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a importância deste coordenador acadêmico em garantir a formação continuada de seus docentes, melhorando seja a qualidade do conteúdo ou a metodologia e didática utilizada por sua equipe. Visando comprovar e ilustrar essa importância foi utilizada a pesquisa anual realizada Comissão Própria de Avaliação (CPA) de uma Universidade na Zona Sul de São Paulo onde os docentes tem a oportunidade de avaliar seus coordenadores e dar sua opinião sobre os subsídios, formação e orientações que tem recebido de seus gestores.

ABSTRACT

Brazilian educational legislation establishes a set of standards and guidelines that guide the functioning of the education system in the country. In Higher Education, from the National Education Guidelines and Bases Law (LDB), through the National Higher Education Assessment System (SINAES) among many others, the legal framework aims to guarantee universal access to quality education, promote equity and social inclusion, in addition to defining the responsibilities of the different management and execution agents of education in Brazil

In the context of higher education, the academic coordinator plays a fundamental role in the articulation and implementation of institutional teaching, research and extension policies. Responsible for planning, coordinating and evaluating the academic activities of the course, the coordinator acts as a link between students, teachers, managers and the academic community in general. Furthermore, it is up to him to monitor curricular development, promote the updating of pedagogical practices, ensure the quality of teaching offered and ensure ways to promote the continued training of his teaching staff.

Continuing teacher training is an essential strategy for professional improvement and teaching quality. Through training, updating and improvement programs, teachers have the opportunity to acquire new knowledge, skills and competencies, as well as reflect on their pedagogical practices and seek solutions to the challenges faced in the classroom. Continuing training contributes to improving teaching performance, strengthening professional identity and students' educational success.

The objective of this work is to discuss the importance of this academic coordinator in ensuring the continued training of his teachers, improving either the quality of the content or the methodology and teaching used by his team. Aiming to prove and illustrate this importance, the annual survey carried out by the Evaluation Committee (CPA) of a University in the South Zone of São Paulo was used, where teachers have the opportunity to evaluate their coordinators and give their opinion on the subsidies, training and guidance that has received from its managers.

1. Introdução

O Ensino Superior enfrenta um contexto dinâmico e desafiador, no qual a busca pela excelência acadêmica é uma meta constante. Nesse sentido, a formação continuada do corpo docente se apresenta como uma estratégia essencial para acompanhar as demandas contemporâneas da educação e promover a atualização constante das práticas pedagógicas. Dentro desse contexto, o papel do Coordenador Acadêmico ganha destaque como um articulador-chave na facilitação do acesso a subsídios e recursos que impulsionam a formação continuada dos professores.

Este estudo se propõe a investigar a importância do Coordenador Acadêmico como agente fomentador de subsídios para a formação continuada do corpo docente no Ensino Superior. Além disso, busca-se compreender as estratégias adotadas pelos coordenadores acadêmicos para promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos professores, bem como os desafios enfrentados nesse processo.

A compreensão desses aspectos não apenas contribuirá para a valorização do papel do Coordenador Acadêmico, mas também para a identificação de melhores práticas que possam fortalecer as iniciativas de formação continuada, impactando positivamente na qualidade do ensino superior e no sucesso acadêmico dos estudantes. Assim, esta pesquisa se apresenta como um meio de aprofundar o entendimento sobre o tema e subsidiar ações que promovam uma educação superior de excelência.

2. Fundamentação Teórica

O sistema educacional brasileiro, especialmente o ensino superior, é regido por um conjunto abrangente de legislações que estabelecem as diretrizes, normas e padrões para as instituições de ensino e para a qualidade da educação oferecida. Essas legislações são fundamentadas em princípios constitucionais, leis específicas e regulamentos emitidos por órgãos responsáveis pela gestão da educação no país, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). As principais legislações educacionais do ensino superior no Brasil incluem:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): A Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo o ensino superior. Ela define os

princípios e as normas gerais da educação brasileira, como currículo, avaliação, gestão educacional, entre outros aspectos.

- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):** Instituído pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES é responsável pela avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. Ele define critérios e procedimentos para garantir a qualidade da educação superior no país. O instrumento de avaliação de curso superior é para avaliar a qualidade dos cursos de graduação, tanto presenciais quanto a distância, ele avalia os cursos superiores por meio de diferentes instrumentos e procedimentos. As principais etapas de avaliação de um curso pelo SINAES no Brasil são:

- **Avaliação dos Estudantes (ENADE):** O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma parte importante do SINAES. Realizado periodicamente, o ENADE avalia o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Os resultados do ENADE são utilizados como indicadores de qualidade dos cursos superiores e das instituições de ensino.

- **Avaliação Interna(CPA):** As instituições de ensino superior devem realizar avaliações internas de seus cursos, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Essa avaliação interna visa identificar pontos fortes e áreas de melhoria do curso, bem como promover a reflexão e o aprimoramento contínuo da qualidade educacional.

- **Indicadores de Qualidade:** Além das avaliações externa, dos estudantes e interna, o SINAES também utiliza indicadores de qualidade para analisar diversos aspectos dos cursos superiores, como a infraestrutura da instituição, a qualificação do corpo docente, a taxa de conclusão, a inserção dos egressos no mercado de trabalho, entre outros.

Com base nos resultados dessas diferentes avaliações e indicadores, o SINAES atribui uma nota final aos cursos superiores, que varia de 1 a 5. Essa nota é utilizada para fins de regulação, supervisão e melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Os cursos com notas mais altas são considerados de melhor qualidade, enquanto aqueles com notas mais baixas podem estar sujeitos a medidas de supervisão e intervenção por parte das autoridades educacionais.

Avaliação Externa: Realizada por comissões de especialistas, a avaliação externa é feita in loco nas instituições de ensino superior. Os avaliadores examinam diversos aspectos do curso, incluindo infraestrutura, corpo docente, projeto pedagógico, organização didático-pedagógica, entre outros. Essa avaliação busca verificar a qualidade e a adequação do curso às diretrizes e normas estabelecidas. Essa avaliação é aplicada durante os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos.

O instrumento de avaliação de curso de graduação Presencial e a Distância contém 3 dimensões de avaliação:

- **Organização Didático-Pedagógica:** Avalia a estrutura curricular, os planos de ensino, a carga horária, os recursos pedagógicos e a relação teoria-prática.

- **Corpo Docente e Tutorial:** Analisa a formação acadêmica dos professores, sua experiência, produção científica e participação em atividades de extensão. Também considera o apoio tutorial oferecido aos estudantes.

- **Infraestrutura:** Verifica as condições das instalações físicas, laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos disponíveis para o ensino e a pesquisa.

Esse instrumento é uma ferramenta importante para garantir a qualidade e a excelência dos cursos superiores, contribuindo para a melhoria contínua da educação no Brasil

O indicador 2.3 conceito nº 5, “o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. “, podemos dizer que o papel do coordenador acadêmico no ensino superior privado é de suma importância para o planejamento e a administração do corpo docente do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua das práticas educacionais. Ao estabelecer uma visão compartilhada, promover a formação e a colaboração entre os professores e implementar mecanismos eficazes de avaliação e feedback, o coordenador acadêmico contribui significativamente para a qualidade do ensino e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Diante do exposto, é evidente que o sistema educacional brasileiro, em especial o ensino superior, está submetido a um arcabouço legislativo abrangente e fundamentado em princípios constitucionais, leis específicas e regulamentos emitidos por órgãos responsáveis pela gestão da educação no país, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), delineia-se um panorama regulatório que visa garantir a qualidade e a excelência do ensino superior brasileiro.

O planejamento da administração do corpo docente, conforme evidenciado pelo indicador 2.3 do SINAES, surge como um elemento crucial nesse contexto. O papel do coordenador acadêmico no ensino superior privado é de suma importância para promover a integração e a melhoria contínua das práticas educacionais. Ao estabelecer uma visão compartilhada, promover a formação e a colaboração entre os professores e implementar mecanismos eficazes de avaliação e feedback, o coordenador acadêmico contribui significativamente para a qualidade do ensino e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Assim, diante do desafio contínuo de aprimorar a educação superior no Brasil, a articulação entre legislação educacional, planejamento institucional e formação continuada se revela como um caminho promissor para a garantia da qualidade e excelência do ensino, bem como para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

2.1 A História do Ensino Superior Privado no Brasil

A história do ensino superior privado no Brasil tem suas raízes no período colonial, quando as primeiras instituições de ensino foram fundadas pela Igreja Católica. No entanto, o ensino superior privado moderno no país começou a se desenvolver principalmente a partir do século XX. Aqui está um resumo dos principais marcos históricos.

Início do século XX: No início do século XX, as primeiras instituições de ensino superior privado foram estabelecidas no Brasil. Muitas dessas instituições eram voltadas para a formação de profissionais específicos, como médicos, advogados e engenheiros. Exemplos notáveis incluem a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1912) e a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (1954).

Décadas de 1950 e 1960: Durante esse período, houve um crescimento significativo do ensino superior privado no país. Novas instituições foram fundadas, muitas delas voltadas para áreas como administração, economia e ciências sociais. O ensino privado começou a se consolidar como uma alternativa ao ensino público.

Ditadura Militar (1964-1985): Durante a ditadura militar, houve uma expansão significativa do ensino superior privado. O governo incentivou o setor privado a investir na educação e permitiu a criação de novas instituições privadas. A Lei da Reforma Universitária, em 1968, também facilitou a criação e o funcionamento de universidades privadas.

Anos 1990 e 2000: Nas décadas de 1990 e 2000, o ensino superior privado experimentou um rápido crescimento. A demanda por educação superior aumentou e o setor privado atendeu a essa demanda, abrindo novas faculdades e universidades. Muitas instituições privadas também passaram a oferecer programas de pós-graduação.

Ao longo dos anos, foram implementadas regulamentações mais rigorosas para o ensino superior privado. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceu diretrizes para a criação e o funcionamento das instituições de ensino superior privadas. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) passou a desempenhar um papel importante na regulação e avaliação dessas instituições.

Até setembro de 2021, o Brasil possuía mais de 2.500 IES. Essas instituições incluem universidades, centros universitários, faculdades integradas, institutos superiores e outras modalidades de ensino superior. É importante ressaltar que esse número pode ter variado nos últimos anos devido à criação de novas instituições ou à desativação de algumas existentes.

Atualmente, o ensino superior privado no Brasil é uma parte essencial do sistema educacional do país. Existem diversas instituições privadas renomadas, incluindo universidades, faculdades e centros universitários, que oferecem uma ampla gama de cursos e programas acadêmicos. Essas instituições têm contribuído significativamente para a formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento. No entanto, o setor privado também enfrenta desafios, como a garantia da qualidade do ensino e o acesso equitativo à educação superior.

2.2 O Papel do Coordenador de Curso no ensino Superior

A função de Coordenador Acadêmico de Curso no Ensino Superior não tem uma data específica de criação, pois sua existência foi gradualmente estabelecida ao longo do tempo conforme as instituições de ensino foram se desenvolvendo. No entanto, é possível afirmar que a designação formal de coordenadores de curso se tornou mais comum a partir da

expansão e institucionalização do Ensino Superior nas últimas décadas e principalmente após a Reforma Universitária de 1968.

A reforma universitária de 1968 no Brasil foi regida pela Lei nº 5.540, promulgada em 28 de novembro de 1968. Essa lei estabeleceu as diretrizes e normas para a organização e o funcionamento das instituições de ensino superior no país naquela época. A Lei nº 5.540 foi um marco legislativo importante para a implementação das mudanças propostas pela reforma universitária de 1968, como a criação dos Institutos Superiores de Estudos Brasileiros (ISEBs), a instituição do vestibular unificado e o estabelecimento do sistema de créditos.

A Reforma Universitária de 1968 trouxe algumas mudanças significativas para os professores no sistema de ensino superior no Brasil. Algumas das principais alterações foram:

1. Regime de tempo integral: A reforma estabeleceu a obrigatoriedade do regime de tempo integral para os professores, com dedicação exclusiva às atividades acadêmicas na instituição de ensino. Isso significava que os professores não poderiam exercer outras atividades remuneradas fora da universidade, a menos que houvesse autorização específica.

2. Aumento da exigência de titulação: Com a reforma, houve um aumento da exigência de titulação acadêmica para o exercício do magistério superior. Foi estabelecido que, para lecionar em nível universitário, os professores deveriam ter formação de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) na área de atuação.

3. Incentivo à pesquisa: A reforma enfatizou a importância da pesquisa no contexto acadêmico. Os professores foram estimulados a desenvolver atividades de pesquisa, com a criação dos Institutos Superiores de Estudos Brasileiros (ISEBs) para fomentar a produção científica e interdisciplinaridade.

4. Criação de cargos e planos de carreira: A reforma proporcionou a criação de cargos docentes e a implementação de planos de carreira para os professores universitários. Isso visava estabelecer critérios de promoção, progressão salarial e estabilidade na carreira. Conforme o artigo 13 da Lei Federal 5540 de 28 de novembro de 1968.

Art. 13. Na administração superior da universidade, haverá órgãos centrais de supervisão do ensino e da pesquisa, com atribuições deliberativas, dos quais devem participar docentes dos vários setores básicos e de formação profissional.

§1º A universidade poderá também criar órgãos setoriais, com funções deliberativas e executivas, destinados a coordenar unidades afins para integração de suas atividades.

§2º A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um colegiado, constituído de representantes das unidades que participem do respectivo ensino.

(Lei nº 5.540 - 28 de novembro de 1968)

Com o crescimento das universidades e a necessidade de gestão e organização dos cursos, as instituições começaram a designar profissionais para assumir a responsabilidade pela coordenação acadêmica e administrativa de um determinado curso. Esses coordenadores

de curso desempenham um papel fundamental na estruturação e funcionamento dos programas educacionais, além de atuar como ponto de contato para os estudantes, corpo docente e administração.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro 1996), não mais se exigiu a existência de departamentos no âmbito das instituições de ensino superior. A maioria das instituições extinguiu-os de suas estruturas organizacionais, preferindo acolher a ideia de Coordenação de Curso e atribuindo ao novo setor a responsabilidade pela direção e pelo sucesso dos cursos superiores. (FRANCO, E.2002)

Embora a existência de coordenadores acadêmicos possa variar entre várias nomenclaturas (pedagógico, de curso, de área, de setor) nas instituições de Ensino Superior, a função desempenhada por eles geralmente envolve aspectos como planejamento curricular, orientação estudantil, supervisão e capacitação do corpo docente, gestão de recursos e garantia da qualidade do ensino.

Em resumo, a criação e formalização da função de coordenador de curso no Ensino Superior ocorreram em resposta à necessidade de uma gestão mais eficiente e especializada dos cursos, buscando promover a qualidade e o desenvolvimento contínuo da educação superior.

O Coordenador tem diversas funções definidas para o desenvolvimento de seu trabalho com excelência pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, essas funções se baseiam em quatro grupos, sendo eles Políticas, Gerenciais, Acadêmicas e Institucionais, cada função dessa contém tópicos importantes que o coordenador deve seguir.

De acordo com o grupo de funções políticas o Coordenador deve ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e orientação dos estudantes e professores. Suas experiências na área proporcionam uma base sólida para a supervisão e coordenação das atividades acadêmicas, garantindo a qualidade do ensino oferecido.

Como líder, o Coordenador também deve demonstrar expertises para gerir equipes, incentivar a inovação e o aperfeiçoamento contínuo do currículo, e pela atualização dos docentes, de modo a manter o curso alinhado com as demandas do campo de estudo. O Coordenador deve ser um animador de professores e alunos, representante e fazedor do Marketing de seu Curso.

Já nas funções gerenciais o Coordenador é responsável pela supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos do Curso, garantindo que estejam em perfeitas condições para oferecer um ambiente bom para o aprendizado dos estudantes. Ele deve assegurar que todas as instalações estejam devidamente equipadas e seguras, cumprindo com as normas e regulamentos de segurança e saúde aplicáveis. Além disso, o Coordenador deve coordenar a manutenção regular dos laboratórios e equipamentos, garantindo que estejam funcionando adequadamente e disponíveis para uso dos professores e alunos. Ele também é responsável por manter-se atualizado em relação às tecnologias e recursos

necessários para o bom funcionamento do curso, buscando constantemente melhorias e atualizações para proporcionar um ambiente de aprendizado moderno e eficiente.

O Coordenador também é responsável pela indicação da aquisição de livros, materiais necessários para o desenvolvimento do Curso, visando enriquecer o conteúdo e promover a atualização constante dos estudantes. Por meio de uma análise criteriosa das necessidades do programa de estudos, o coordenador identifica quais recursos são indispensáveis para a formação dos alunos e passa para a instituição de ensino, que avalia e decide o que vai ser comprado. Essa responsabilidade inclui em pesquisar, avaliar e selecionar cuidadosamente os materiais que melhor atendam às demandas do currículo, levando em consideração a relevância acadêmica, a aderência dos temas abordados e a qualidade das publicações. Além disso, o coordenador deve buscar parcerias com editoras, bibliotecas e outras instituições afins para viabilizar o acesso a recursos adicionais, como bases de dados online e acervos especializados, ampliando assim as possibilidades de pesquisa e estudo dos estudantes.

Além de precisar estimular e controlar a frequência dos docentes e discentes, e pela indicação da contratação de docentes e, logicamente, pela indicação da demissão dos mesmos. Cabe ao coordenador, portanto, acompanhar o desempenho dos docentes, observando sua atuação em sala de aula, o cumprimento das atividades previstas no plano de ensino, a pontualidade e assiduidade, bem como sua interação com os alunos e colegas de trabalho. A partir dessas avaliações, o coordenador pode emitir relatórios e pareceres que apontem os pontos fortes e fracos dos professores, contribuindo para aprimorar o trabalho dos docentes e promover a qualidade do ensino oferecido pelo curso.

“Tanto no passado como no presente, ainda não se chegou a um denominador comum quanto às funções, às responsabilidades, às atribuições e aos encargos do Coordenador de Curso. Diz-se ser ele o —gerente|| do Curso. Chega-se mesmo a afirmar que é o —don|| do Curso. Na realidade, predominam na figura do Coordenador de Curso e, de certa forma na concepção geral, apenas os encargos acadêmicos. São relegadas por ele as responsabilidades não-acadêmicas, ou seja, as responsabilidades e funções gerenciais, políticas e institucionais, no estrito sentido dessas expressões”. (FRANCO, E.2002)”

2.3 A Formação continuada do professor de Ensino Superior

Formação continuada, também conhecida como educação continuada ou educação permanente, refere-se ao processo de aprendizagem contínua e atualização de conhecimentos ao longo da vida profissional de uma pessoa. É uma abordagem na qual os profissionais buscam oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional após concluírem sua educação formal. A formação continuada é especialmente importante em campos que estão em constante evolução, como tecnologia, medicina, educação e negócios. Permite que os profissionais se mantenham atualizados com as novas descobertas, técnicas, metodologias, regulamentações e tendências em suas áreas de

atuação, garantindo assim que ofereçam serviços de alta qualidade e se mantenham competitivos no mercado de trabalho.

Além disso, a formação continuada também promove o desenvolvimento pessoal, o crescimento profissional e a satisfação no trabalho, pois os profissionais se sentem mais confiantes e preparados para enfrentar os desafios do ambiente profissional em constante mudança.

A formação continuada é essencial para o desenvolvimento profissional dos educadores. Diversos autores contribuíram com reflexões e teorias sobre esse tema. Aqui estão alguns deles:

A formação inicial e a formação permanente do professorado são duas etapas cruciais de um mesmo processo de desenvolvimento profissional docente, como aponta Francisco Imbernón. No contexto da formação contínua de professores do ensino superior, essa dualidade adquire uma relevância ainda maior. A formação inicial fornece os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para exercer a docência neste nível educacional, enquanto a formação permanente se torna um pilar fundamental para manter-se atualizado diante das constantes mudanças nas dinâmicas educacionais, demandas dos alunos e avanços tecnológicos. A interação entre ambas as etapas permite aos professores do ensino superior cultivar um processo de melhoria contínua, promovendo assim a qualidade do ensino e a excelência acadêmica nas instituições educativas. (Francisco Imbernón Muñoz (1989) *La formación inicial y la formación permanente del professorado*)
Nóvoa (1991): O autor oferece uma visão abrangente e profunda sobre os desafios e as possibilidades da formação de professores, destacando a importância de uma abordagem reflexiva, contextualizada e colaborativa para o desenvolvimento profissional dos educadores. Também destaca a importância da formação contínua para a adaptação às mudanças sociais e educacionais. Ele enfatiza a necessidade de considerar as experiências vivenciadas na prática docente. (Libâneo, José Carlos in "Formação de Professores e Didática para a Escola de hoje", 1991)

Candau (2010): Candau ressalta que a formação continuada deve levar em conta as transformações na escola e na sala de aula. Ela enfoca a reflexão sobre a prática e a qualidade do ensino-aprendizagem, oferece uma análise abrangente e atualizada sobre a educação intercultural no contexto brasileiro. Ao destacar a importância da diversidade cultural e da formação de professores interculturalmente sensíveis, contribui para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas, equitativas e socialmente justas. (Candau, Inês M. F. In "Formação Continuada de Professores: tendências atuais", 2010)

Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010): Esses autores afirmam que a escola deve proporcionar recursos e tempo para que os professores compreendam sua própria realidade institucional e possam transformá-la por meio da formação continuada. (Alvarado-Prada, Margarida, M.M. "Formação continuada de professores: políticas, perspectivas e desafios" 2010)

Hengemuhle, Ferreira, Paulo Freire, Christov e Romanowski: Esses autores também contribuíram com concepções sobre formação continuada. Suas experiências e estudos enriquecem o debate sobre a prática pedagógica e a capacitação profissional

A formação continuada dos professores de ensino superior é um aspecto crucial na busca pela excelência educacional. Além de transmitir conhecimentos atualizados, essa formação desempenha um papel fundamental no aprimoramento das práticas pedagógicas e na adaptação às demandas em constante evolução da sociedade. Neste capítulo, é explorado a importância e os benefícios da formação continuada, destacando seu impacto na qualidade do ensino e no desenvolvimento profissional dos educadores.

Atualização e Inovação Pedagógica: Em um mundo em rápida transformação, os professores de ensino superior precisam estar constantemente atualizados em relação às novas teorias, tecnologias e metodologias de ensino. A formação continuada oferece a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades, garantindo que os educadores estejam preparados para oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos. A participação em eventos acadêmicos, cursos de atualização e especialização, e o acompanhamento de mudanças na legislação educacional são algumas das estratégias utilizadas pelos professores para se manterem atualizados.

Desenvolvimento Profissional e Colaboração: Além da atualização de conhecimentos, a formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional dos professores, promovendo a reflexão sobre sua prática docente e incentivando a busca por melhorias constantes. Os programas de formação oferecem espaços para discussões, trocas de experiências e aprendizado colaborativo entre os docentes, fortalecendo a comunidade acadêmica como um todo. A integração em grupos de pesquisa e o intercâmbio de experiências com pares são exemplos de práticas que estimulam o desenvolvimento profissional dos professores.

Multiculturalidade e Inclusão: Outro aspecto relevante é a necessidade de adaptação às mudanças no perfil dos estudantes e à diversidade cultural. Os professores de ensino superior devem estar preparados para lidar com uma gama diversificada de alunos, reconhecendo e valorizando suas diferenças culturais. A formação continuada pode fornecer estratégias e ferramentas para abordar essa diversidade de forma inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado. É importante reconhecer e combater as desigualdades e injustiças sociais que afetam determinados grupos culturais, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos.

O multiculturalismo conservador insiste na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O liberal busca integrar os diferentes grupos culturais à sociedade majoritária, “baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado” (Hall, 2003)

Inovação e Pesquisa: Além de impactar diretamente a qualidade do ensino, a formação continuada dos professores contribui para o desenvolvimento de pesquisas e projetos inovadores, aumentando a produção científica e o impacto da instituição de ensino

superior. Professores atualizados e engajados são capazes de motivar seus alunos a buscar o conhecimento de forma crítica e criativa, estimulando o pensamento independente e a produção de conhecimento.

Estratégias e Atividades de Formação Continuada: O processo de formação continuada pode envolver uma série de estratégias e atividades, tais como participação em eventos acadêmicos, cursos de atualização, integração em grupos de pesquisa, desenvolvimento de projetos pedagógicos, acompanhamento de mudanças na legislação educacional, intercâmbio de experiências com pares, utilização de tecnologias educacionais, feedback e avaliação de desempenho, e programas de mentoria e aconselhamento.

A formação continuada no ensino superior é um processo fundamental para garantir a qualidade do ensino e a atualização constante dos profissionais da educação. Através da atualização de conhecimentos, desenvolvimento profissional, promoção da inclusão e estímulo à pesquisa e inovação, os professores estão capacitados para enfrentar os desafios da educação contemporânea e contribuir para o desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, a formação continuada dos professores pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e projetos inovadores, aumentando a produção científica e o impacto da instituição de ensino superior. A formação continuada de professores no ensino superior é um processo fundamental para garantir a qualidade do ensino e a atualização constante dos profissionais da educação, professores atualizados e engajados são capazes de motivar seus alunos a buscar o conhecimento de forma crítica e criativa, estimulando o pensamento independente e a produção de conhecimento, Este processo pode envolver uma série de estratégias e atividades, incluindo:

1. **Participação em Eventos Acadêmicos-** Professores frequentemente participam de conferências, simpósios, workshops e seminários acadêmicos para se manterem atualizados sobre as últimas pesquisas e tendências em suas áreas de atuação.
2. **Cursos de Atualização e Especialização-** Os professores podem buscar cursos de atualização, especialização ou extensão universitária para aprimorar seus conhecimentos em determinadas áreas. Esses cursos podem ser oferecidos pela própria instituição ou por outras organizações educacionais.
3. **Participação em Grupos de Pesquisa-** Integrar grupos de pesquisa proporciona aos professores a oportunidade de se envolverem em atividades de pesquisa acadêmica, colaborando com colegas e mantendo-se atualizados em relação às últimas descobertas e metodologias.
4. **Desenvolvimento de Projetos Pedagógicos-** A criação e implementação de projetos pedagógicos inovadores podem ser uma forma eficaz de formação continuada. Isso inclui a introdução de novas tecnologias educacionais, métodos de ensino ativos e abordagens pedagógicas diferenciadas.

5. Acompanhamento de Mudanças na Legislação Educacional- Professores precisam estar cientes das mudanças nas políticas e regulamentações educacionais, garantindo a conformidade com as diretrizes institucionais e governamentais.
6. Intercâmbio de Experiências com Pares- Estimular a troca de experiências entre professores, seja por meio de reuniões informais, grupos de discussão ou colaborações em projetos, é uma forma valiosa de aprendizado contínuo.
7. Utilização de Tecnologias Educacionais- A formação continuada pode incluir o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso de tecnologias educacionais. Isso abrange desde a incorporação de plataformas online até a aplicação de recursos digitais inovadores em sala de aula.
8. Feedback e Avaliação de Desempenho- A análise de feedback dos alunos, avaliações institucionais e autoavaliação do desempenho docente são aspectos importantes para identificar áreas de melhoria e focar em desenvolvimento profissional específico.
9. Mentoria e Aconselhamento- Programas de mentoria, nos quais professores mais experientes orientam colegas menos experientes, podem ser valiosos para o compartilhamento de conhecimentos e experiências.

A formação continuada no ensino superior é um processo contínuo e personalizado, adaptado às necessidades individuais dos professores e às demandas em constante evolução da educação superior. Instituições de ensino geralmente incentivam e oferecem suporte a essas iniciativas para promover um ambiente acadêmico dinâmico e atualizado. Procurando avançar além da concepção de complementação, estudos diversos sobre a formação continuada do professor a têm enfatizado como sendo uma necessidade inerente à própria natureza dinâmica e contraditória do fazer pedagógico (FORMOSINHO, 2009).

3. Metodologia

Este estudo, conduzido pelo coordenador acadêmico da Universidade Ibirapuera, baseia-se na Comissão Própria de Avaliação (CPA) como fonte de pesquisa devido à seriedade e relevância desta avaliação institucional. A metodologia adotada é de natureza descritiva, utilizando dados da CPA referentes ao segundo semestre de 2023, que contava com 130 professores na época da pesquisa.

A CPA tem como objetivo coordenar a avaliação determinada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), abrangendo os níveis de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e administração. A autoavaliação é incentivada, envolvendo discentes, docentes e funcionários, e os resultados das questões sobre carreira e condições de trabalho dos docentes são parte integrante desta pesquisa.

A escolha dos dados da CPA é respaldada pela legislação do SINAES, que visa promover a melhoria da qualidade da educação superior e aprofundar os compromissos sociais das instituições. O SINAES convoca a participação plural dos envolvidos no processo de qualificação do ensino de graduação, sendo as CPAs instaladas em cada IES responsáveis por conduzir a avaliação.

A avaliação dos professores abrange diversos aspectos, incluindo políticas de pessoal, planos de carreira, programas de qualificação profissional, condições de trabalho e clima institucional. A pesquisa é realizada em quatro etapas, baseando-se nas orientações do SINAES/MEC. Os questionários são disponibilizados digitalmente, de forma voluntária e anônima, com convites realizados por diversos meios.

Mann e Stewart (2000) destacam as vantagens do questionário online, incluindo baixo custo, rapidez e facilidade de abordagem de questões sensíveis. As questões objetivas são adaptadas em cada pesquisa, oferecendo opções de resposta como "Atende Plenamente", "Atende Parcialmente", "Precisa Melhorar", "Não atende" e "Desconhece", com espaço para comentários adicionais. A última questão objetiva utilizada na pesquisa apresentou as opções de resposta "Sempre", "Muitas Vezes", "Ocasionalmente" e "Nunca".

4. Resultado do questionário aplicado ao corpo docente da Universidade Ibirapuera utilizado na pesquisa e gráficos

Apresentação:

Caro(a) professor(a),

De acordo com a Lei 10.861/04, toda Instituição de Ensino Superior deve participar do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Assim, além de participar das avaliações externas, a UNIB deve realizar internamente um processo de autoavaliação institucional, por meio do qual professores, alunos, técnicos e a sociedade em geral são chamados a se manifestar.

O questionário a seguir foi elaborado pela Comissão Própria de Avaliação da UNIB. A proposta da CPA é utilizar a autoavaliação institucional para uma melhoria constante da UNIB. Nesse sentido, nos comprometemos a divulgar amplamente os resultados deste questionário e de outras ações da CPA para toda a comunidade acadêmica.

Destacamos que a identidade de qualquer pessoa que participe do estudo não será revelada publicamente em nenhuma hipótese. Todos os dados coletados são anônimos.

Assim, solicitamos-lhe dispensar alguns minutos para emitir sua opinião sobre a universidade em que vive.

A participação nesta pesquisa é voluntária.

Ciente da sua disponibilidade em colaborar, desde já agradecemos.

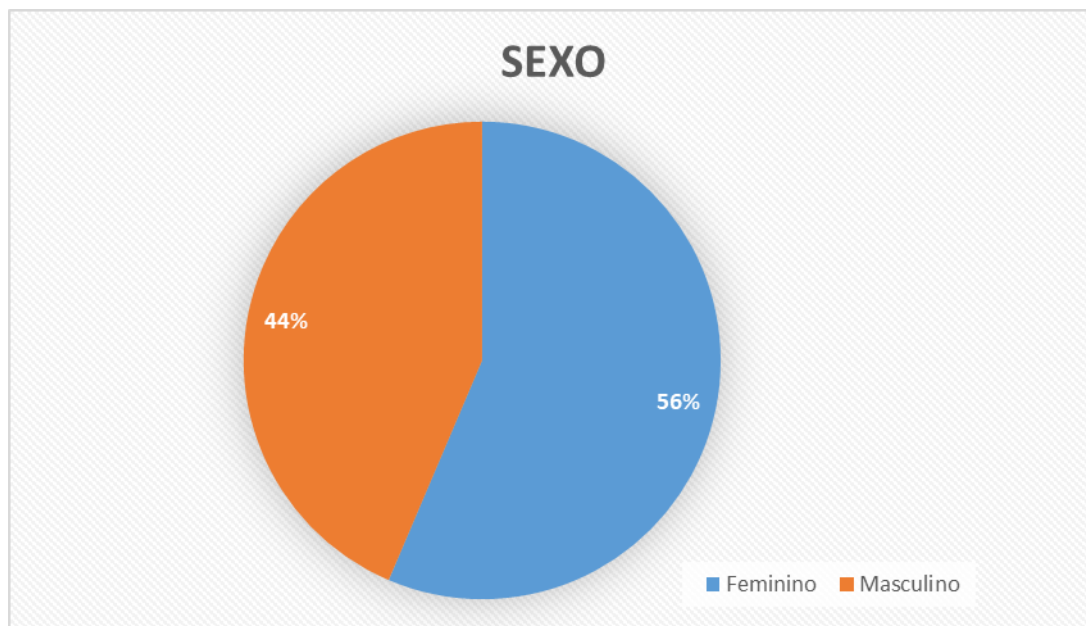
Cordialmente,

Comissão Própria de Avaliação - CPA / UNIB

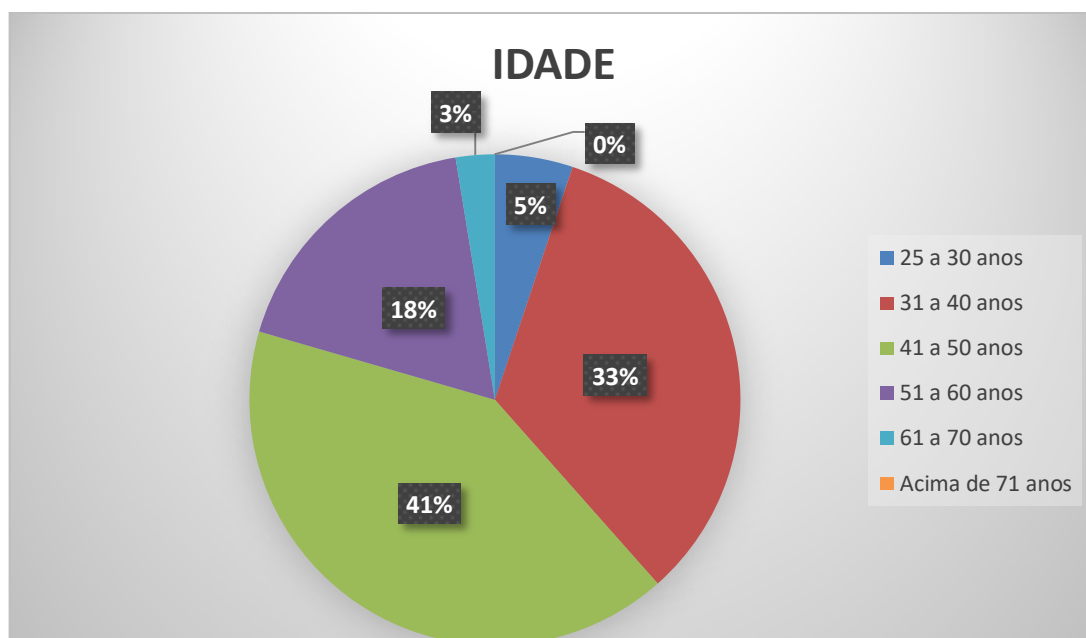
Questionário:

4.1. Quanto a você...

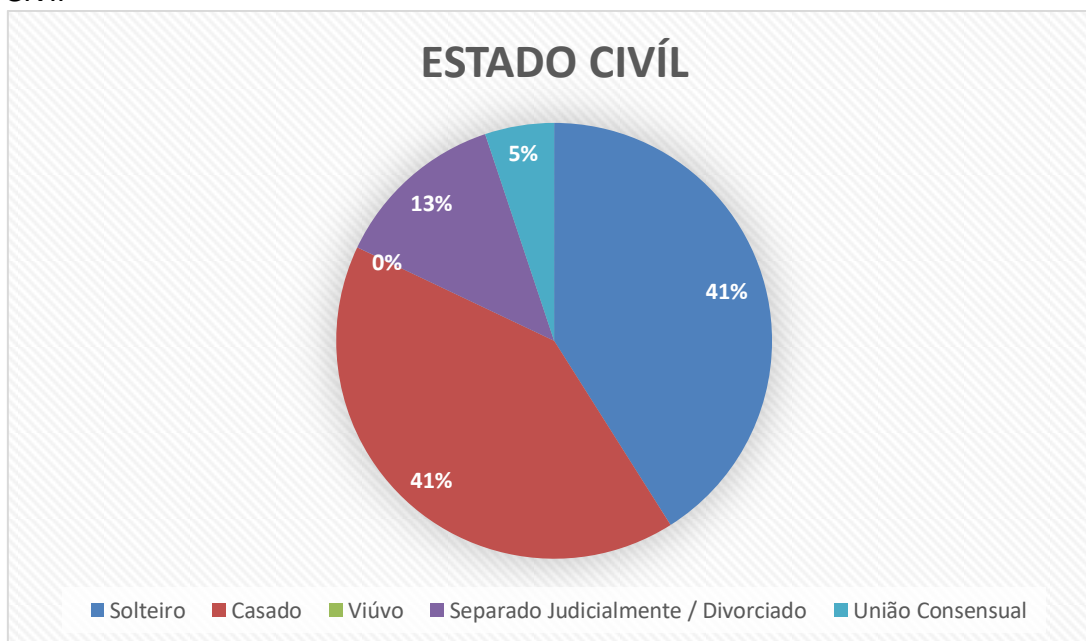
1. Sexo



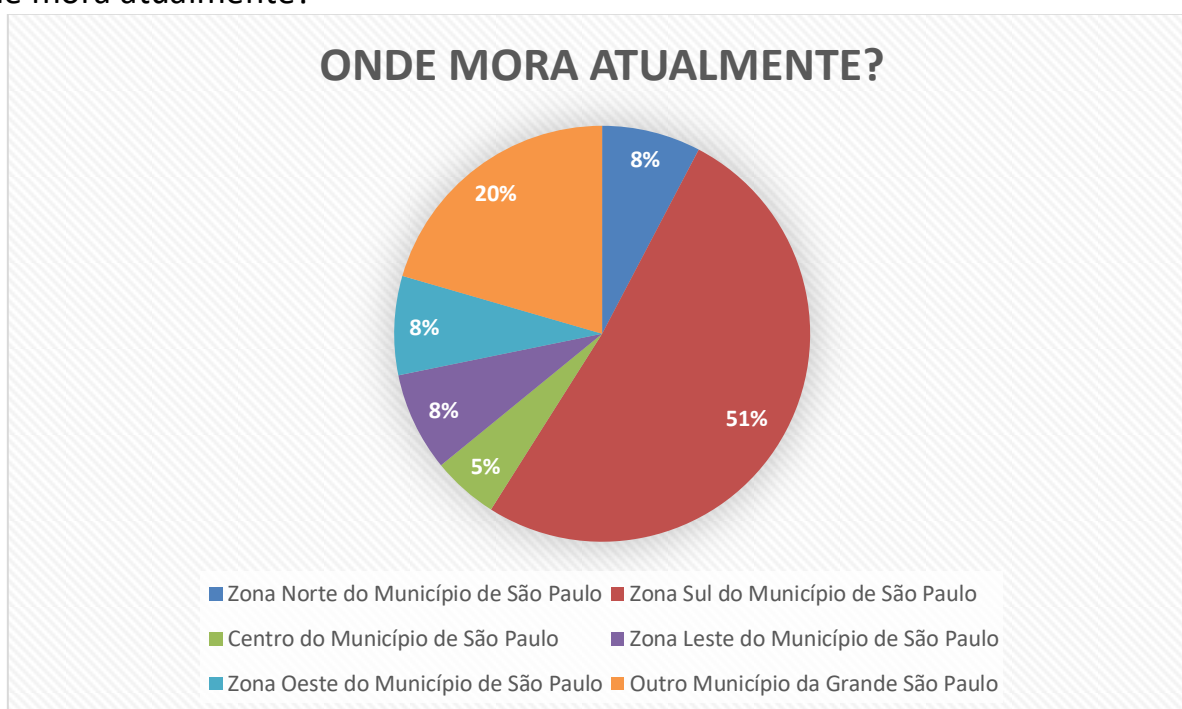
2. Idade:



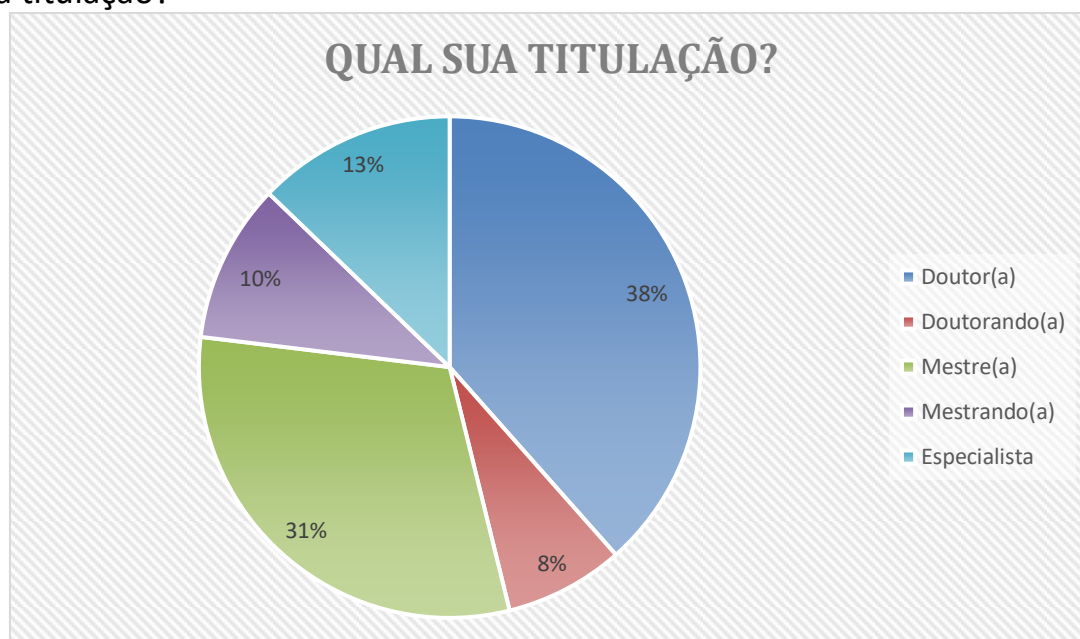
3. Estado Civil



4. Onde mora atualmente?



5. Qual sua titulação?



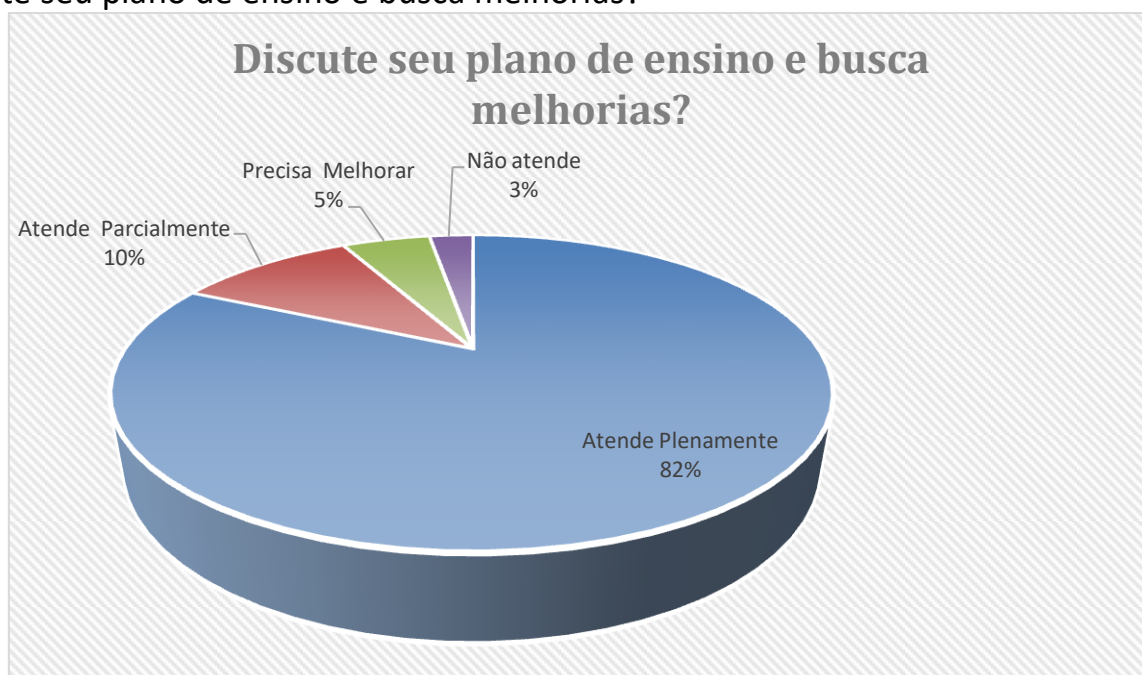
4.2. Avalie o coordenador do curso

Todas o questionário a seguir contém: (Atende Plenamente, Atende Parcialmente, Precisa Melhorar e Não atende)

1. Está a disposição para atendê-lo?



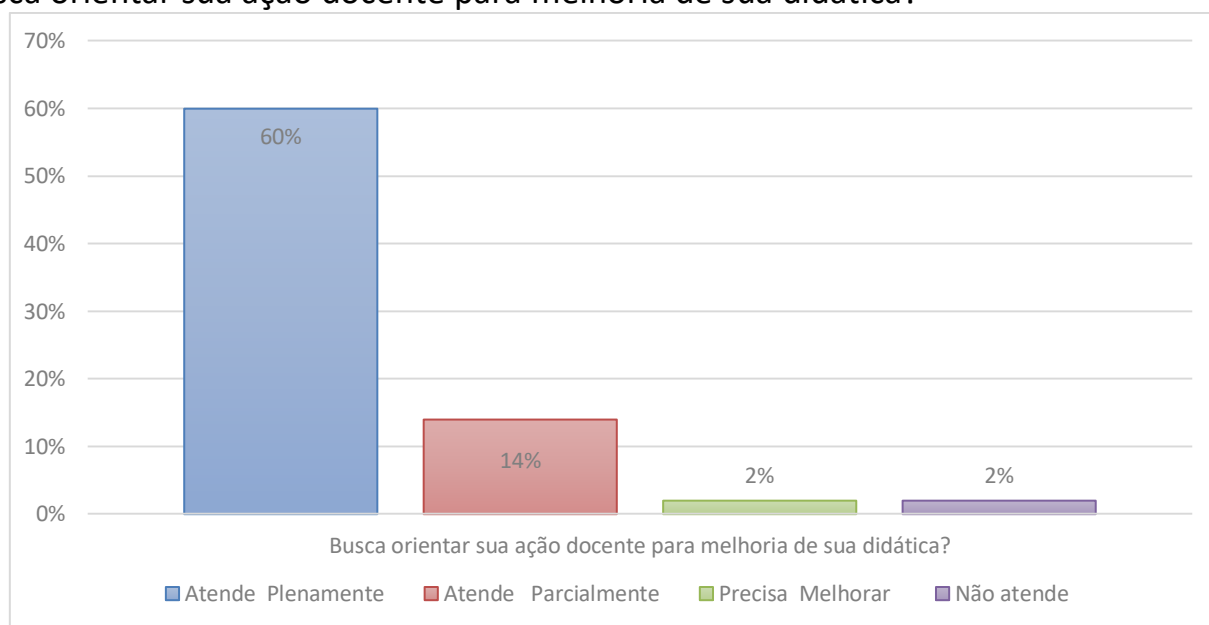
2. Discute seu plano de ensino e busca melhorias?



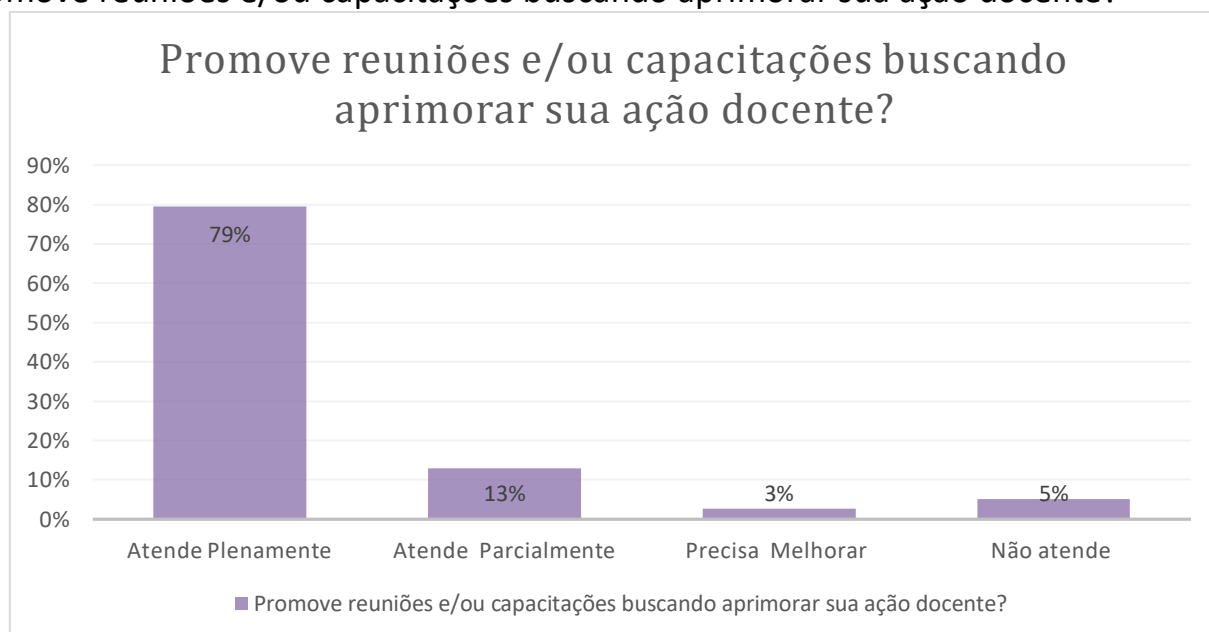
3. Está preocupado com sua formação continuada?



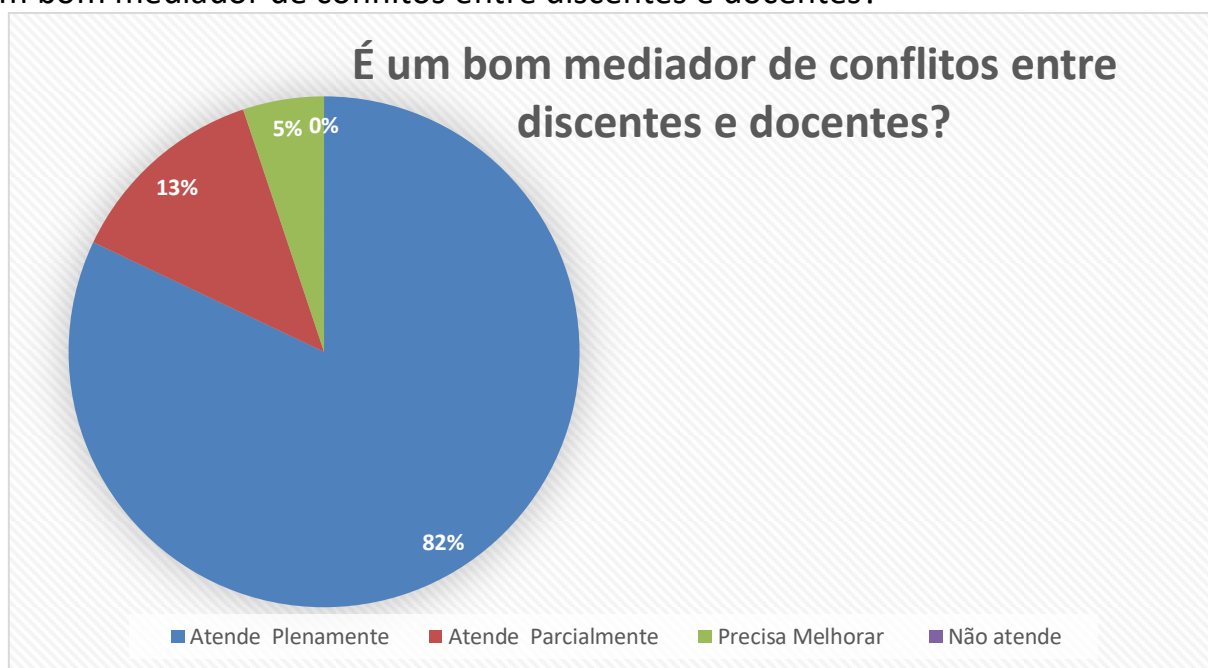
4. Busca orientar sua ação docente para melhoria de sua didática?



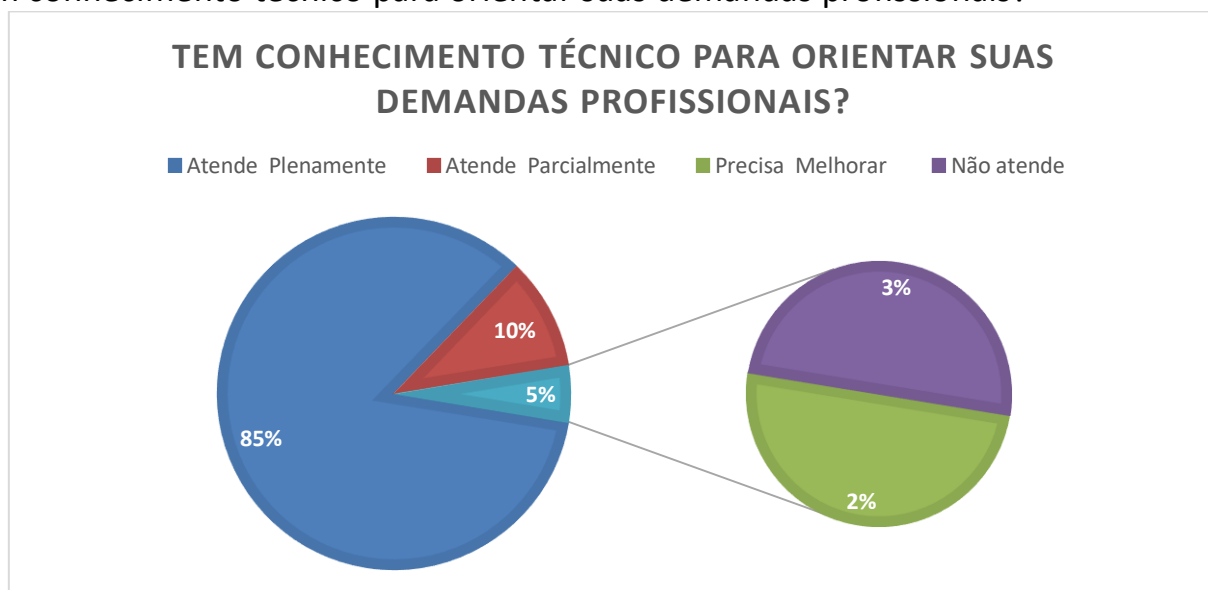
5. Promove reuniões e/ou capacitações buscando aprimorar sua ação docente?



6. É um bom mediador de conflitos entre discentes e docentes?

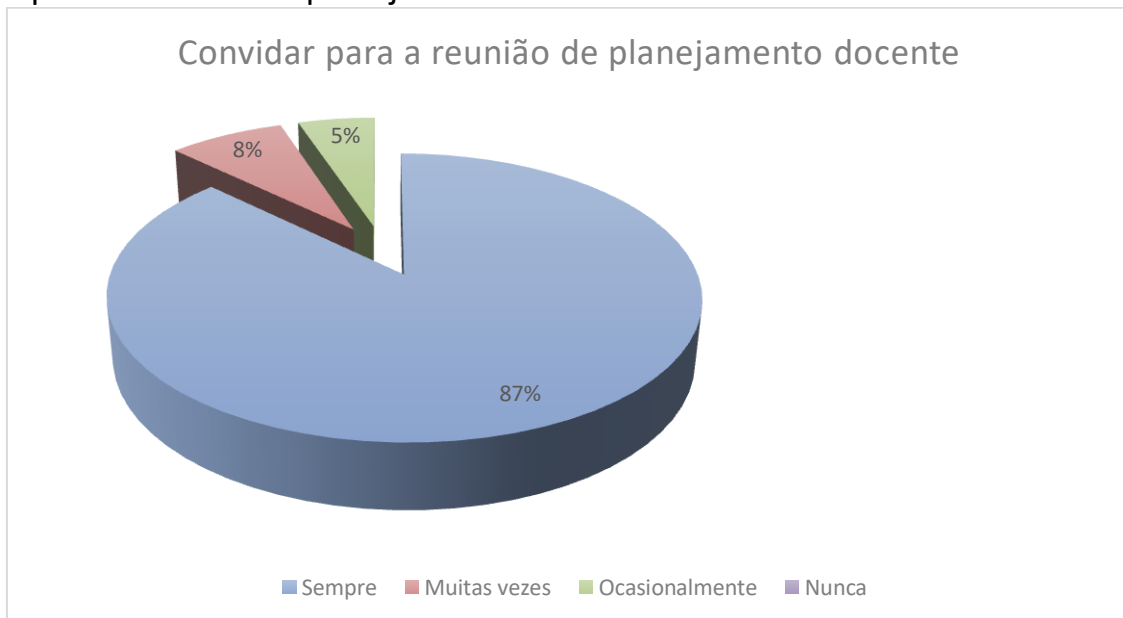


7. Tem conhecimento técnico para orientar suas demandas profissionais?

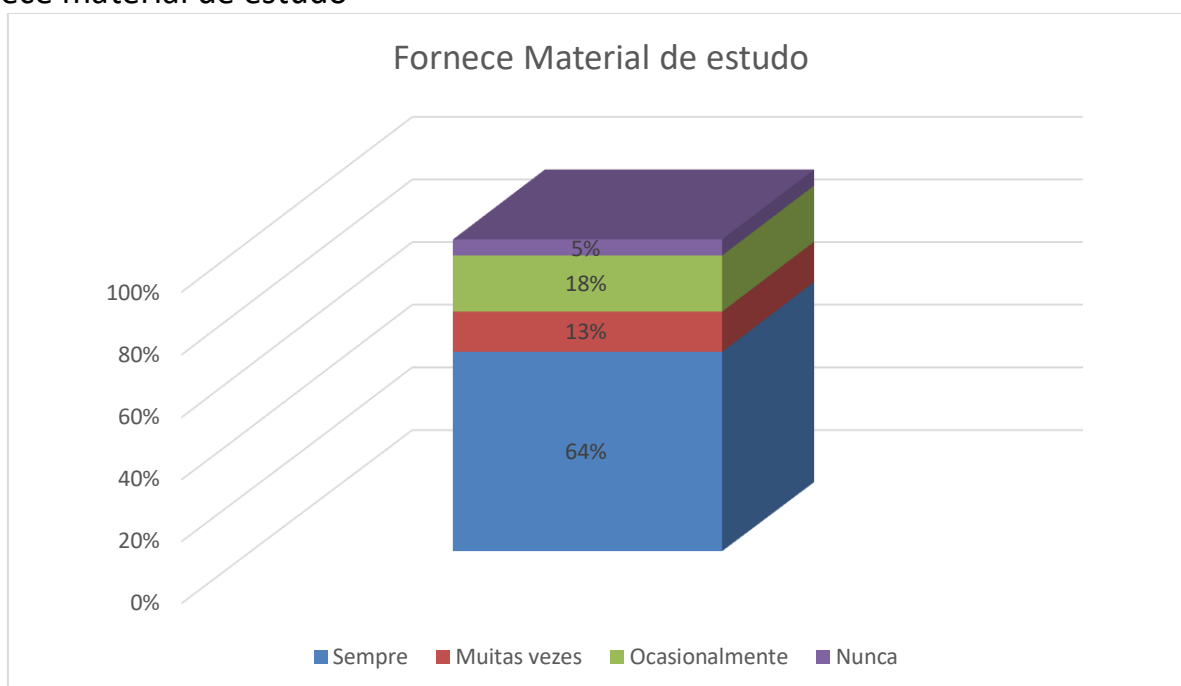


4.3. Buscando a Formação Continuada, quais ações o Coordenador costuma implementar?
Todas o questionário a seguir contém: (Sempre, Muitas Vezes, Ocasionalmente e Nunca)

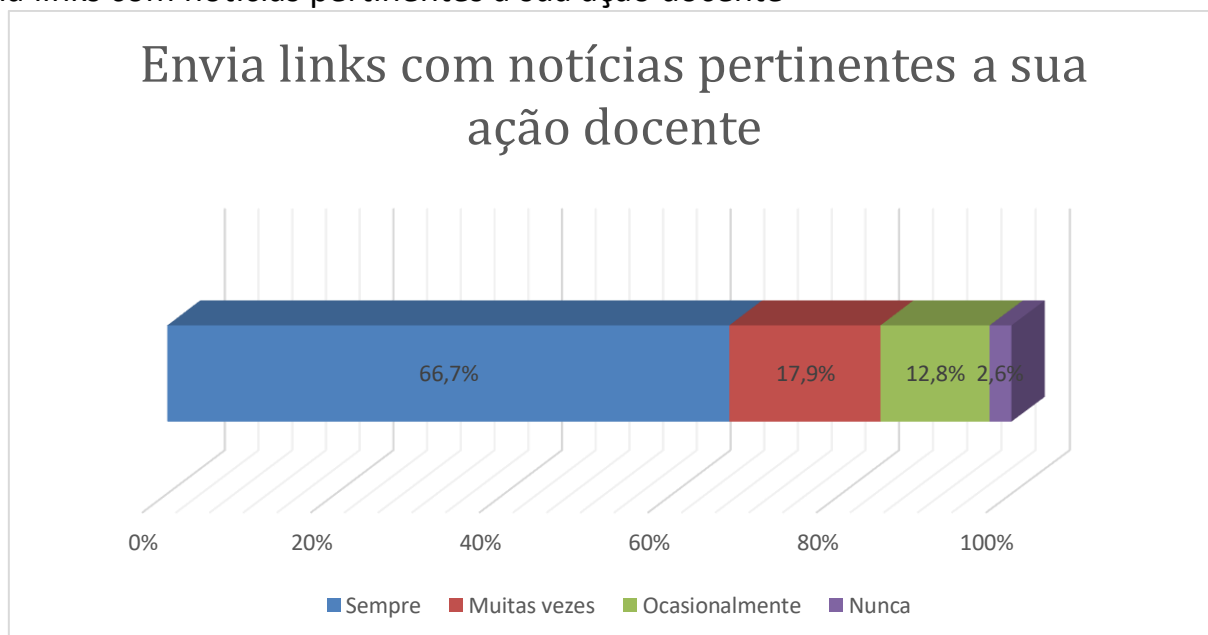
1. Convida para a reunião de planejamento docente



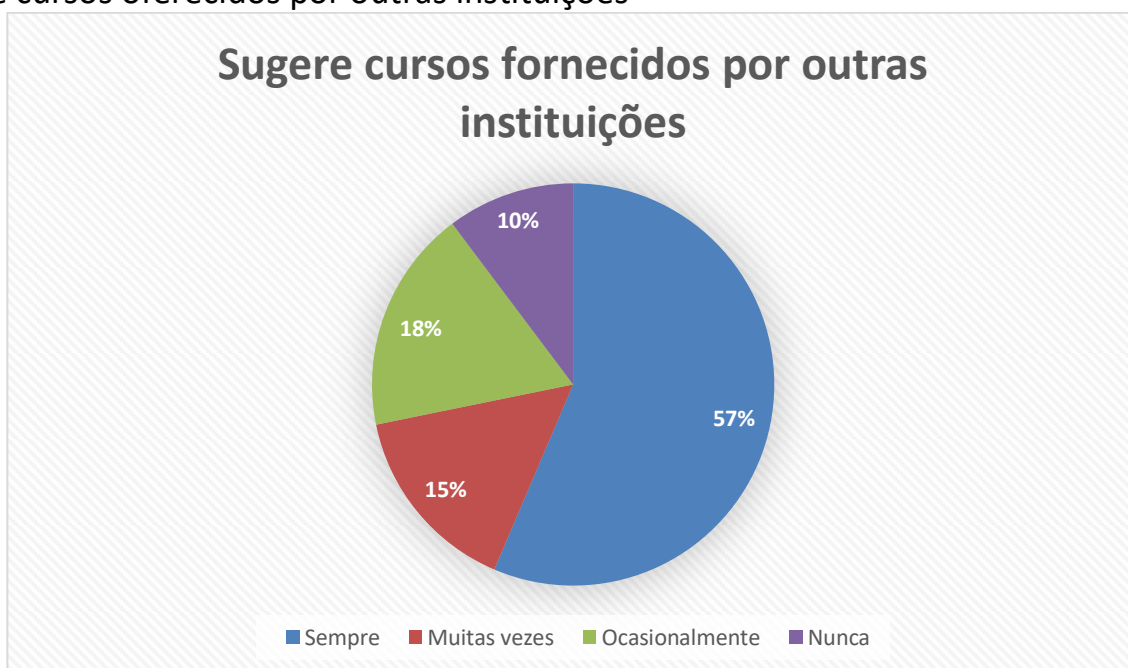
2. Fornece material de estudo



3. Envia links com notícias pertinentes a sua ação docente



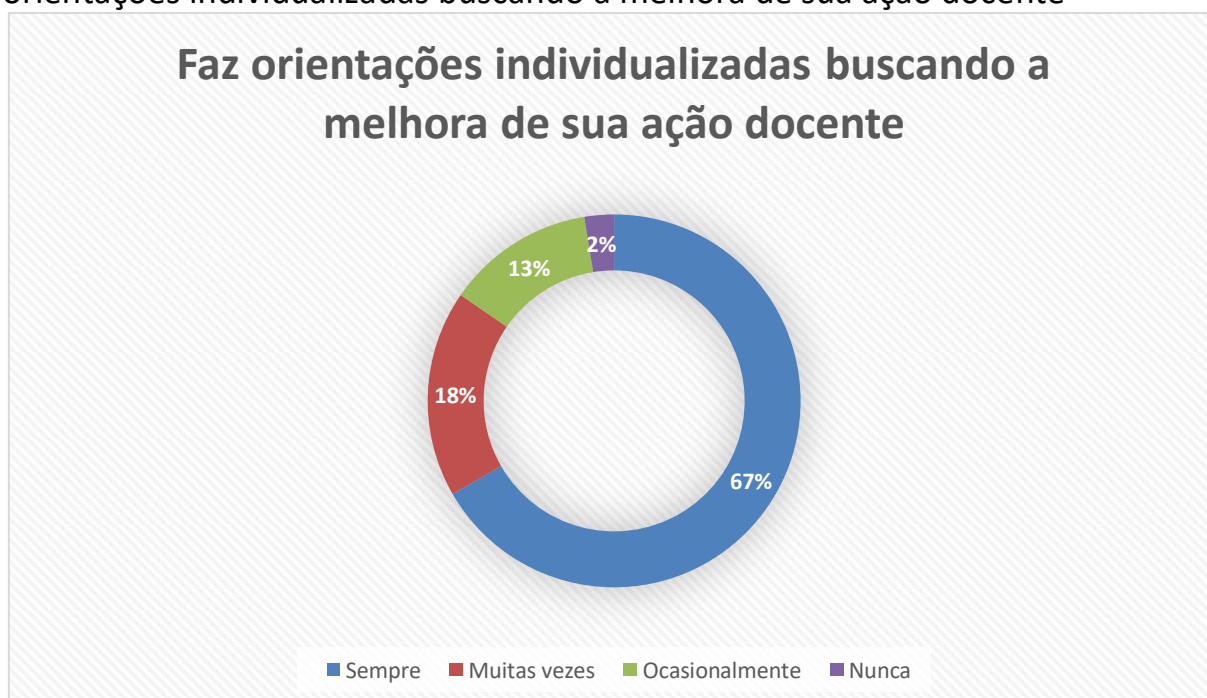
4. Sugere cursos oferecidos por outras instituições



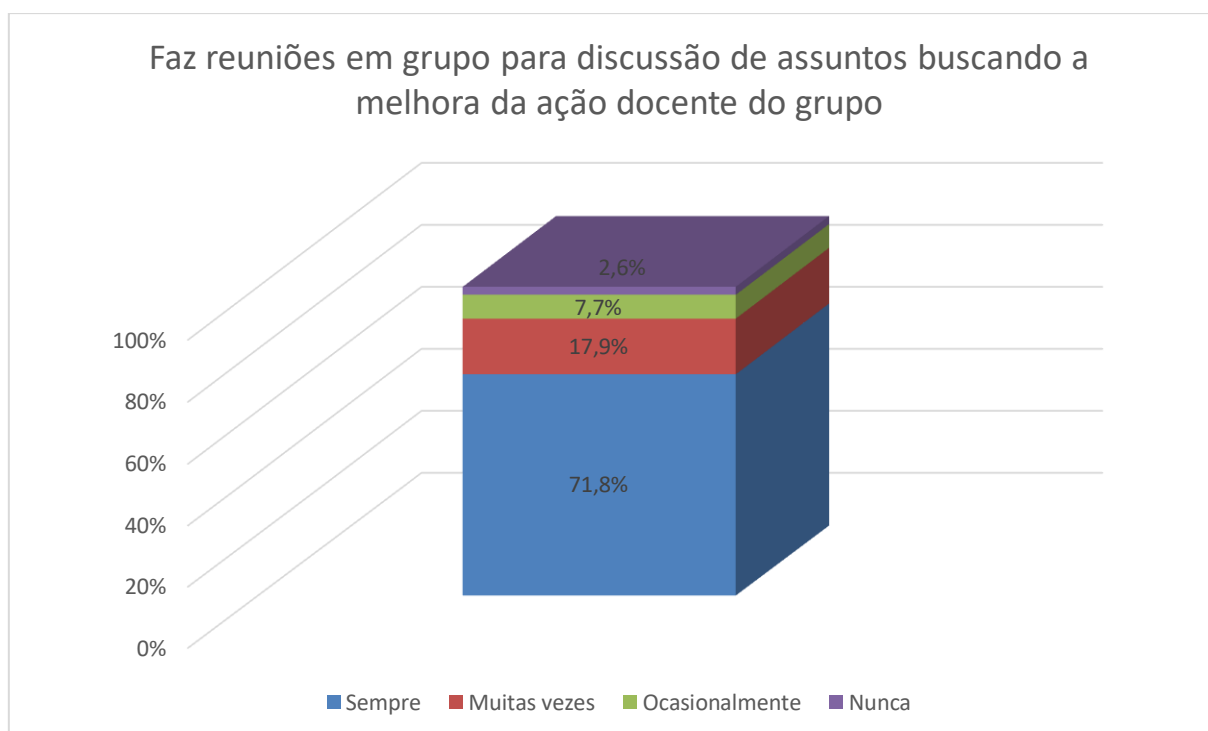
5. Desenvolve cursos internamente para capacitação dos docentes



6. Faz orientações individualizadas buscando a melhora de sua ação docente



7. Faz reuniões em grupo para discussão de assuntos buscando a melhora da ação docente do grupo



5. Considerações finais

Ao final deste trabalho, torna-se evidente não apenas a relevância da legislação educacional brasileira, que estimula a formação continuada dos docentes do ensino superior, mas também a importância crucial da figura do coordenador acadêmico nesse processo. A pesquisa realizada junto aos docentes corrobora essa afirmação, revelando a influência positiva do coordenador na capacitação e no desenvolvimento profissional dos professores.

A formação continuada é um processo essencial para os docentes do ensino superior. Ela permite que os professores se mantenham atualizados em suas áreas de conhecimento, acompanhem as mudanças nas metodologias de ensino e estejam preparados para os desafios da sala de aula. A legislação educacional brasileira, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reconhece a formação continuada como um pilar fundamental para a qualidade do ensino superior.

Nesse contexto, o coordenador acadêmico é um profissional-chave na instituição de ensino superior. Suas atribuições incluem a orientação pedagógica, o estímulo à formação continuada, a mediação entre os professores e a gestão da instituição, e o apoio na avaliação e no planejamento acadêmico. A troca de experiências entre os docentes é enriquecedora. O coordenador acadêmico estimula essa interação, promovendo

discussões, grupos de estudo e compartilhamento de boas práticas. O suporte técnico oferecido pelo coordenador inclui desde questões operacionais até o uso de tecnologias educacionais. Ele auxilia os professores na resolução de desafios relacionados ao ensino e à aprendizagem.

A pesquisa realizada junto aos docentes corrobora essa afirmação. Os professores destacam a relevância da formação continuada e a presença ativa do coordenador acadêmico. A troca de experiências, o suporte técnico e a orientação pedagógica são fatores que contribuem para o desenvolvimento profissional dos docentes. Os resultados apresentados mostram que as ações e trabalhos desenvolvidos pelos coordenadores da Universidade Ibirapuera no fomento de subsídios para a formação continuada de seus docentes têm se mostrado positiva, tendo importância relevante para que sua equipe docente tenha a possibilidade e incentivo de se desenvolver, assim produzir melhores maneiras de garantir a qualidade de ensino aos seus alunos.

Em resumo, a legislação educacional e o papel do coordenador acadêmico são peças-chave para garantir a excelência no ensino superior, promovendo a formação continuada dos professores e o constante aprimoramento da educação. Investir no desenvolvimento dos professores é investir no futuro da educação, na formação dos estudantes e no progresso da sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [MEC] – O Ministério da Educação - www.mec.gov.br

BRASIL. [INEP] – O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - www.inep.gov.br

BRASIL. [ABMES] – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – <https://abmes.org.br/legislacoes>

HALL, Stuart. (2003). A questão multicultural. In: Da diáspora. Belo Horizonte: Editora UFMG.

FORMOSINHO, J. (2009). Formação de professores: aprendizagem profissional e acção docente. Porto: Porto.

UNIB - UNIVERSIDADE IBIRAPUERA. Regimento do COIND – Comitê de Inclusão e Diversidade, 2014 Lei nº 5.540, promulgada em 28 de novembro de 1968, Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/11/1968, Página 10369

UNIB - UNIVERSIDADE IBIRAPUERA. Relatório analítico da CPA – Comissão Própria de Avaliação, 2024

UNIB - UNIVERSIDADE IBIRAPUERA. Site institucional, www.ibirapuera.br, Acesso em 10/03/2024

Haddad, S. (2001). Educação Superior no Brasil: História e Perspectivas. Autores Associados.

Guimarães, A. S. (2000). A educação superior privada no Brasil: trajetórias e desafios. Edusc.

Cunha, L. A. (2008). A universidade reformada: cultura, política e ensino superior no Brasil (1931-1945). Editora da Unicamp.

Ferreira, N. L. (2010). Ensino superior privado no Brasil: Regulação, expansão e avaliação (1996-2004). Editora Appris.

Libâneo, José Carlos (1991). Formação de Professores e Didática para a Escola de hoje

Candau, Inês M. F. In "Formação Continuada de Professores: tendências atuais", 2010

Alvaro-Prada, Margarida, M.M. (2010) "Formação continuada de professores: políticas, perspectivas e desafios"

Franco, Edmir Perrotti (2002) "A prática dos coordenadores de cursos superiores"

Francesc Imbernón Muñoz (1989) La formacion inicial y la formacion permanente del professorado

<https://www.caubr.gov.br/formacao/o-que-e-formacao-continuada/#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20estimula%20o,todos%20os%20n%C3%ADveis%20de%20escolaridade.>